



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 5.237, DE 2016

(Apensados Projeto de Lei 1.326/2019, Projeto de Lei 3.485/2019, Projeto de Lei 1.554/2019, Projeto de Lei 2.978/2019, Projeto de Lei 3.850/2019, Projeto de Lei 5.328/2019, Projeto de Lei 2.456/2021, Projeto de Lei 1.085/2022 e Projeto de Lei 2.863/2023)

Altera a destinação do resultado, produto ou valor proveniente da decretação da perda, em favor da União, de bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática de crimes contra a Administração Pública e daqueles previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que "dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores".

EMENDA

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo ao Projeto de Lei nº 5.237, de 2016:

Art. ... O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Interdição temporária de direitos

Art. 47.

VI – proibição de usar ou acessar produtos e serviços do mercado de capitais, do mercado de ativos virtuais, do setor bancário, do setor de pagamentos e demais instituições disciplinadas pela Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, pelo prazo mínimo de vinte e quatro meses e máximo de sessenta meses; (NR) .

.....
Art. 57-A. A pena de interdição prevista no inciso VI do art. 47 aplica-se às pessoas físicas e jurídicas que:

I - cometerem os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;

II – praticarem os atos criminosos dispostos na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 06/11/2023 16:33:21.957 - CCJC
EMC 2/2023 CCJC => PL 5237/2016

EMC n.2/2023

III – atuarem nas ilicitudes previstas na Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021;

IV - abrem ou mantém conta em instituição financeira, instituição de pagamento, ou assemelhadas, para ceder o acesso onerosa ou gratuitamente a pessoa ou organização criminosa que atua para desviar recursos financeiros por meio de fraudes contra consumidores, ou para triangular e ocultar valores obtidos por meio de golpes e fraudes;

V – cometem fraude com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos, envio de correio eletrônico fraudulento, duplicação de dispositivo eletrônico ou aplicação de internet, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo, com a finalidade de obter vantagem econômica;

VI – cometem o crime previsto no art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, inclusive com o objetivo de realização de transação bancária ou de pagamento por meio de dispositivo eletrônico; e

VII - invadem dispositivo informático, furtam dados, e/ou criam perfis falsos em redes sociais para aplicação de golpes financeiros. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar o Código Penal e a Lei de Crimes de Lavagem de Dinheiro com o propósito de melhor destinar os recursos provenientes da decretação da perda, em favor da União, dos instrumentos, do produto e do proveito dos crimes contra a Administração Pública, bem como dos bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes de “lavagem de dinheiro”.

Por meio desta emenda, queremos contribuir com o nobre relator, para aperfeiçoar o texto e aumentara pena para os criminosos que praticarem lavagem de dinheiro, sequestro para subtração de valores via PIX, golpes para enganar o consumidor para induzi-lo a erro para obtenção de vantagem econômica, entre outros delitos de natureza semelhante. Ficam impedidos de terem acesso à conta bancária entre 24 e 60 meses e, nesse período, ficam fora do mercado de criptoativos e do mercado de capitais, dificultando assim a triangulação de recursos, a movimentação financeira do crime organizado e a evasão de divisas.

Diante da necessidade de aperfeiçoamento da Lei, prevendo a possibilidade de suspensão de direitos em caso de cometimento de crimes dessa natureza, pedimos aos pares o acolhimento desta emenda.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 2023.



* C D 2 3 7 6 9 3 7 6 3 5 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Capitão Alberto Neto

PL/AM

Apresentação: 06/11/2023 16:33:21.957 - CCJC
EMC 2/2023 CCJC => PL 5237/2016

EMC n.2/2023



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237693763500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

